



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 231/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

Aos 10 dias do mês de dezembro de 2014, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 229/XII e 230/XII, relativas às reuniões de 3 e 5 de dezembro de 2014
  
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, do Presidente da EP - Estradas de Portugal, S.A., e do Presidente da REFER, EPE, sobre o processo de fusão em curso das duas empresas
  
3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição da RENA - Associação das Companhias Aéreas, sobre o aumento das taxas aeroportuárias
  
4. Apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 216/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – “Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.”
  
5. Apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 217/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – “Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.”



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 231/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

6. Apreciação e votação do documento sobre as diligências a adotar para cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 20 de outubro – “Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade.”

7. Petição n.º 450/XII/4.<sup>a</sup> – Transporte marítimo por “ferryboat” entre a Ilha da Madeira e o Continente

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade
- Nomeação de relator: cabe ao PEV

8. Petição n.º 451/XII/4.<sup>a</sup> - Não às portagens na A4

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade
- Nomeação de relator: cabe ao PSD

9. Apreciação do Relatório de progresso relativo à regulamentação das leis (XII/3.<sup>a</sup>) e do Relatório sobre as leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas (IX-XII/3.<sup>a</sup> Leg.)

10. Outros assuntos

---

### **1. Apreciação e votação das atas n.ºs 229/XII e 230/XII, relativas às reuniões de 3 e 5 de dezembro de 2014**

Submetidas a votação, as atas n.ºs 229/XII/4.<sup>a</sup> e 230/XII/4.<sup>a</sup>, relativas às reuniões de 3 e 5 de dezembro de 2014, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

### **2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, do Presidente da EP - Estradas de Portugal, S.A., e do**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 231/XII/ 4.ª SL

#### **Presidente da REFER, EPE, sobre o processo de fusão em curso das duas empresas**

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), referindo a rejeição, na semana anterior, de um requerimento sobre a mesma matéria apresentado pelo PS com o argumento de que refletia matérias conjunturais e não matérias estruturais, e informando que o requerimento agora apresentado não pretende discutir a conjuntura nem fazer uso de informações da comunicação social, mas pretende discutir a estrutura do processo. Argumentou que não se estava a ultrapassar em nada as funções do Parlamento e só se ganhava em poder discutir, antes de estar realizada, a fusão entre duas das maiores e mais importantes empresas de infraestruturas deste país.

Usou da palavra o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), para referir que, não repisando os argumentos usados na semana anterior a propósito do requerimento apresentado pelo PS, o seu grupo parlamentar entendia que, se houvesse uma real intenção de discutir o assunto, tal poderia ter sido feito na sexta-feira anterior, aquando da audição do Ministro da Economia na Comissão, no decurso da qual os grupos parlamentares até abdicaram da 3.ª ronda de perguntas, quando podiam ter discutido este assunto. Informou ainda que o PSD iria apresentar um requerimento no tempo certo para discutir o tema e para que os responsáveis governamentais possam explicar este processo.

De seguida, a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) solicitou autorização, qual foi concedida, para apresentação de um requerimento oral, do seguinte teor: “Considerando que a Estradas de Portugal, S.A, e a REFER., E.P.E., são duas importantes empresas públicas e que o seu futuro é determinante para a manutenção da infraestruturização em Portugal e que se encontra em curso um processo de fusão que se tornará irreversível aquando da sua concretização no início do próximo ano, o PS requer a audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, do Presidente da Estradas de Portugal e do Presidente da REFER”. Prosseguiu afirmando julgar que com estes considerados se afasta toda a argumentação aduzida pelo GP PSD para não aprovar esta audição. Concluiu no sentido de que ou se considerava que este processo era importante e era necessário



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 231/XII/ 4.ª SL

que esta Comissão se debruçasse sobre ele antes da fusão, ou não se considerava que era importante e não valia a pena fazer a audição nem neste momento nem depois, pois analisar processos concluídos e irreversíveis era uma perda de tempo.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Nuno Matias (PS) para referir que havia também a questão do *timing* desta discussão, sem prejuízo de a mesma ter podido ser feita aquando da última audição do Senhor Ministro da Economia. Reiterou que o PSD entendia que o tempo certo não era o tempo em que vinha a público um conjunto de notícias, ruídos e alaridos e que apresentaria mais tarde um requerimento para ouvir os responsáveis governamentais sobre este processo.

Por sua vez, o Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) interpelou o GP PSD para questionar qual era o tempo certo para discutir este assunto e se seria apenas no fim do processo. Questionou também se o Parlamento não deveria acompanhar matéria tão importante como esta para a vida dos portugueses, independentemente do ruído que possa existir.

Respondeu o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) que no momento que der entrada na Comissão o requerimento do PSD irá perceber-se qual é o tempo certo.

Pelo Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) foi reiterado que os argumentos aduzidos na semana anterior a propósito do requerimento apresentado pelo PS eram válidos para este que agora se discutia. Reafirmou não ser este o momento oportuno para fazer este conjunto de audições e que cabia a cada grupo parlamentar a gestão de quando considerava que um tema deveria ser tratado. Concluiu, afirmando que este era um processo que já tinha sido anunciado há algum tempo e os grupos parlamentares tinham tido já oportunidade de discutir este assunto em audições de membros do Governo que se realizaram nesta Comissão.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu que cada partido decidia qual era o momento oportuno para tratar dos assuntos mas o seu partido considerava estranho que se dissesse que não era oportuno discutir este assunto naquele momento. Havia dois momentos, prosseguiu: ou quando ainda nada estava decidido e ainda não havia



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 231/XII/ 4.ª SL

nada para dizer, ou quando já tudo estava decidido e já não havia nada para dizer. Esperava, afirmou, que o PSD não se estivesse a guardar para o último desses momentos, pois se não fosse oportuno discutir agora nunca seria. Concluiu, reiterando que o que estava em cima da mesa, quanto à rede ferroviária, não era de somenos importância.

Finalmente, tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) para referir que o seu grupo parlamentar tinha a prática de nunca votar contra um requerimento, por considerar que o Parlamento era o local certo para discutir os assuntos. Reiterou a importância deste tema e considerou que discutir depois de a fusão estar concretizada era uma falsa discussão.

Antes de se proceder à votação de ambos os requerimentos, a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) solicitou escusa de participação na votação, por eventual conflito de interesses.

Submetido o requerimento do BE à votação, foi o mesmo rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

De seguida, o Senhor Presidente submeteu o requerimento oral apresentado pelo PS à votação, o qual foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

### **3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição da RENA - Associação das Companhias Aéreas, sobre o aumento das taxas aeroportuárias**

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) apresentou o requerimento, referindo que a questão tem vindo a ser acompanhada, mas ainda não tinha sido feita a audição de alguns dos interessados no que tocava ao aumento destas taxas. Lembrou a argumentação aduzida pela ANA – Aeroportos de Portugal, aquando da sua audição, para defender que não tinha havido aumentos e considerou que fazia sentido que se completasse as audições sobre esta matéria com a opinião de todos os interessados,



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 231/XII/ 4.ª SL

através desta audição da RENA. Concluiu lembrando o ajustamento de taxas do passado dia 1 de dezembro e o aumento previsto para 1 de janeiro de 2015 e reafirmando a oportunidade de ouvir a RENA sobre o assunto.

Pelo Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) foi afirmado que o tema tinha já sido debatido pela Comissão, num conjunto alargado de audições, e que o PSD tinha acompanhado os requerimentos que no passado tinham sido apresentados pelos grupos parlamentares da oposição, que solicitaram as audições que entenderam pertinentes. Entendeu que fazer uma segunda ronda de audições, depois de ouvido o membro do Governo responsável, era despropositado e fora do contexto. Referiu ainda que a posição desta associação sobre este assunto era público e que o PSD não acompanhava este requerimento.

O Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) argumentou que já tinha sido feito um conjunto de audições sobre o assunto e o CDS-PP entendia que naquele momento não fazia sentido estar a reabrir aquele processo, razão pela qual não acompanhava o requerimento do PS.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Paulo Campos (PS), para responder a estas duas intervenções e afirmar que percebia o desconforto dos grupos parlamentares da maioria porque o argumento que tinham utilizado nas audições tinha sido o de que não tinha havido aumento das taxas aeroportuárias mas os utilizadores tinham vindo a público desmentir esse argumento e identificar que havia aumentos com forte impacto nos encargos das companhias aéreas. Concluiu afirmando que a maioria não pretendia discutir este assunto nem fiscalizar as ações e políticas do Governo.

Respondeu o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), para reafirmar o facto de os grupos parlamentares da maioria terem votado a favor de um requerimento para fazer audições sobre esta matéria, as quais foram realizadas.

Pelo Senhor Deputado Rui Barreto (CDS-PP) foi lembrado que no contrato de concessão estavam previstos acertos em função do volume de passageiros e o que se



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 231/XII/ 4.ª SL

tem verificado são acertos anualizados no preço das taxas e não aumentos arbitrários. Referiu também a existência de uma gestão global dos aeroportos, que faz com que alguns aeroportos tenham redução nas taxas enquanto outros têm aumento. Mesmo com o aumento de taxas no aeroporto de Lisboa, referiu, aumentou significativamente o movimento de passageiros e de turistas nesse aeroporto. Referiu ainda o exemplo do aeroporto de Barajas, com taxas superiores às do aeroporto de Lisboa, e o facto de o aeroporto de Lisboa ser, em média, mais competitivo do que os outros aeroportos.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) comentou que o CDS-PP deveria viabilizar este requerimento, porque nos seus fundamentos estão factos novos em relação às audições já realizadas, e que o aumento do volume de turistas em Lisboa pela boa gestão feita na cidade e pela promoção do turismo.

Finalmente, o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) referiu que, se se comparasse a evolução tarifária no aeroporto de Barajas com a dos aeroportos portugueses, verificava-se que durante um conjunto de anos estes ganharam competitividade porque não aumentaram as suas taxas e porque o aeroporto de Barajas tinha aumentado as taxas de forma desequilibrada. Em Portugal a ligação das taxas não é feita aos custos mas sim ao tráfego, quando este cresce aquelas também crescem. No entanto, afirmou, as teorias económicas ensinam que com o crescimento de utilizadores os preços deveriam ser mais baixos; neste caso isso não se verifica, o que causa sérios problemas do ponto de vista da competitividade, se se mantiver a tendência de crescimento do turismo em Portugal.

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP.

**4. Apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 216/XII/3.ª (GOV) – “Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 231/XII/ 4.ª SL

**qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.”**

Neste ponto da ordem do dia, interveio o Senhor Deputado António Cardoso (PS), para realçar o trabalho realizado em sede de Grupo de Trabalho para o Setor da Construção. Informou ainda que foi detetado um lapso na proposta de alteração ao n.º 3 do artigo 4.º, apresentada pelo PS, e aprovada indiciariamente no Grupo de Trabalho, e que era de toda a conveniência corrigir nesta sede, sendo que a correção se tratava de passar de “41,5 kVA” para “41,4 kVA”.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) considerou oportuna a questão, uma vez que implicava categorias diferentes, pelo que não se tratava de matéria que pudesse ser sanada em sede de redação final da iniciativa, após aprovada final global em Plenário, sendo conveniente que ficasse clarificada nesta altura do processo legislativo.

O Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD) propôs então que, para uma melhor clarificação da norma, se acrescentasse a expressão “inclusive” a seguir a “41,4 kVA”, o que foi aceite pelos presentes, bem como a correção à proposta de alteração apresentada pelo PS.

De seguida, procedeu-se à ratificação, por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV, das votações indiciárias ocorridas em sede de Grupo de Trabalho para o Setor da Construção, as quais constam do [relatório de votações](#).

**5. Apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 217/XII/3.ª (GOV) – “Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.”**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 231/XII/ 4.ª SL

As votações indiciárias ocorridas no Grupo de Trabalho para o Setor da Construção foram ratificadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV, e constam do [relatório de votações](#).

#### **6. Apreciação e votação do documento sobre as diligências a adotar para cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 20 de outubro – “Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade.”**

Usou da palavra a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD), para reiterar o que tinha proposto no documento distribuído após a reunião ordinária anterior e informar que não tinha recebido qualquer contributo dos outros grupos parlamentares, pelo que, se todos concordassem, iniciaria diligências para concretização do proposto nesse documento. Informou ainda que se propunha apresentar o relatório no final do mês de janeiro e que aceitaria de bom grado os contributos que entretanto surgissem.

A metodologia proposta foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

#### **7. Petição n.º 450/XII/4.ª – Transporte marítimo por “ferryboat” entre a Ilha da Madeira e o Continente**

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade
- Nomeação de relator: cabe ao PEV

O Senhor Presidente submeteu à votação a nota de admissibilidade, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

De seguida, o Senhor Presidente informou que os serviços de apoio à Comissão iriam contactar a Deputada do PEV, para saber da sua disponibilidade para ser relatora desta petição. Caso não tivesse disponibilidade para tal, caberia ao PS indicar relator.

#### **8. Petição n.º 451/XII/4.ª - Não às portagens na A4**

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 231/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

#### **- Nomeação de relator: cabe ao PSD**

O Senhor Presidente submeteu à votação a nota de admissibilidade, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Pelo Grupo Parlamentar do PSSD foi indicado o Senhor Deputado Paulo Cavaleiro como relator.

#### **9. Apreciação do Relatório de progresso relativo à regulamentação das leis (XII/3.<sup>a</sup>) e do Relatório sobre as leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas (IX-XII/3.<sup>a</sup> Leg.)**

Usou da palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), para considerar que os relatórios em epígrafe eram bastante exaustivos e que considerava útil perguntar ao Governo sobre a regulamentação em falta.

O Senhor Presidente informou que, não se registando oposição que nenhum grupo parlamentar, assim seria feito.

#### **10. Outros assuntos**

O Senhor Presidente informou que tinha baixado à Comissão, para apreciação na generalidade, o Projeto de Lei n.º 698/XII/4.<sup>a</sup> e que cabia ao PSD indicar relator. O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) informou que indicariam o relator mais tarde.

O Senhor Presidente informou ainda que tinha baixado à Comissão, para apreciação na especialidade, a Proposta de Lei n.º 261/XII/4.<sup>a</sup>. Tendo havido indicação dos grupos parlamentares de que, em princípio, não teriam propostas de alteração para apresentar, o Senhor Presidente anunciou que, se as houvesse, deveriam ser apresentadas até ao dia 16, às 12 horas, e que a apreciação e votação na especialidade desta iniciativa legislativa ficaria agendada para a reunião da Comissão de 17 de dezembro.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 231/XII/ 4.ª SL**

Finalmente, o Senhor Presidente informou que em princípio a audição do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, sobre o Crescimento Verde, deveria realizar-se no dia 6 de janeiro, mas aguardava-se ainda a confirmação da data.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de dezembro de 2014.

**O PRESIDENTE**

**(PEDRO PINTO)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 231/XII/ 4.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Ana Paula Vitorino  
Bruno Dias  
Carina Oliveira  
Fernando Jesus  
Helder Amaral  
João Paulo Viegas  
Luís Vales  
Mariana Mortágua  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Odete Silva  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Pinto  
Rui Paulo Figueiredo  
Valter Ribeiro  
Afonso Oliveira  
Paulo Cavaleiro  
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira  
Heloísa Apolónia  
Hortense Martins  
Luís Leite Ramos  
Nuno Serra  
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Serrasqueiro